



PRESOS POLITICOS E A FARSA DAS TORTURAS: O DISCURSO DA IMPRENSA E O GOLPE CIVIL-MILITAR EM PERNAMBUCO (1964)

Mestrando José Rodrigo De Araújo Silva¹

RESUMO

A prática da violência e os mecanismos utilizados pelos órgãos de repressão durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), estão cada vez mais presentes nos debates acadêmicos contribuindo consideravelmente para uma melhor compreensão sobre o período. Nesta perspectiva, propomos uma reflexão sobre o discurso da imprensa pernambucana a respeito das denúncias de violência no ato das prisões e uma suposta sistematização da tortura nas instituições que abrigavam presos políticos nos meses subsequentes ao golpe no Estado. Ao analisarmos o posicionamento da imprensa, percebemos uma tentativa de negação de tais práticas, contribuindo desta forma, com o discurso de “normalidade” disseminado pelo governo vigente.

Palavras-Chave: Ditadura Civil-Militar, Repressão, Direitos Humanos.

ABSTRACT

Academics are increasingly discussing the practice of violence and the instruments used by the prosecution during the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985), which contributes for a better comprehension of those historical events. In this article, we analyse the attitude of Pernambuco press concerning the complaints of society about violence in prisons and the supposedly systematic torture in the institutions that housed political prisoners during the months after the coup. We could observe an attempt at denial of such practices, in line with the discourse of "normal" practices spread by government force.

Keywords: Civil-Military Dictatorship, Repression, Human Rights.

PRESOS POLITICOS E A FARSA DAS TORTURAS: O DISCURSO DA IMPRENSA E O GOLPE CIVIL-MILITAR EM PERNAMBUCO (1964)

O quadro de instabilidade política instalado no país, em meados dos anos 60 era intenso. Os conflitos internacionais motivados pela Guerra Fria; a renúncia de Jânio Quadros; as mobilizações e preocupações sociais exercidas pelo então presidente João Goulart; a atuação da Igreja Católica – e outras instituições - no papel de “conscientização” das pessoas ao perigo da invasão comunista e do ateísmo iminente no Brasil, são alguns dos fatores

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba e pesquisador do GEHSCAL - Grupo de Estudos História Sociocultural da América Latina. E-mail: rodrigope81@hotmail.com

preponderantes na insegurança e no medo disseminados na população nos momentos que antecederam o golpe.

A execução da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, e o papel dos meios de comunicação também merecem destaque, pois foi de fundamental importância nas articulações que ajudaram os militares a formular um discurso de defesa no país e consequentemente a se firmarem no poder após o golpe de Estado em 31 de março de 1964. Maria Helena Moreira Alves ao escrever sobre a Doutrina, afirma que esta não pressupõe o apoio das massas para a legitimação do poder do estado, nem tenta obter esse apoio [...] a Doutrina efetivamente prevê que o estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos ‘inimigos internos’ e da ‘guerra psicológica’. [ALVES, 2005, p.31]

A Escola Superior de Guerra (ESG) teve um papel fundamental na propagação da “Ideologia de Segurança Nacional”. Criada no Brasil em 20 de agosto de 1949 à semelhança do “National War College”² dos EUA, a ESG é fundada a partir da necessidade de controle interno e externo, mediante a conjuntura política mundial e o papel do Brasil dentro deste contexto, articulados a um discurso desenvolvimentista. Os treinamentos dado aos militares e posteriormente aos civis versavam sobre a necessidade de defesa contínua, já que o país estava ameaçado pela invasão do comunismo, visto neste caso, como um corpo estranho que seria nocivo ao povo brasileiro.

A influência dos Estados Unidos presentes nesse discurso é evidente. A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi o instrumento utilizado pelo governo norte americano em praticamente toda América Latina para legitimar o seu lugar e afirmar seu território diante do avanço do comunismo em outras regiões. Era preciso alinhar os países latino-americanos no bloco capitalista, fortificando o mesmo face ao comunismo liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Pablo Porfírio (2009) aponta alguns reflexos dessa política em Pernambuco nos anos de 1959 a 1964. Durante a campanha para o governo do Estado em 1962, a propaganda negativa liderada pelos opositores de Miguel Arraes foi feita de forma pejorativa. Na madrugada do dia 01 de outubro do recorrente ano, em um cartaz posto na Avenida Guararapes e outro na Avenida Dantas Barreto, foi exposta a seguinte frase: “*Já pensou se aqui houvesse um muro como em Berlim?*”. A frase sintetiza a política adotada pelos

² O National War College (*Escola Nacional de Guerra*) dos Estados Unidos é uma unidade de ensino que tem por objetivo o estabelecimento de uma estratégia de defesa nacional com treinamento militar.

opositores em despertar o medo na população, enfraquecendo desta forma a candidatura de Arraes.

Ao noticiar a reação dos eleitores de Miguel Arraes no dia seguinte, o *Diário de Pernambuco* classificou estes eleitores como ‘agitadores comunistas’, ajudando ainda mais na afirmação do discurso opositor.

[...] Como o cartaz tivesse despertado entre os observadores menos esclarecidos, o desejo de uma explicação sobre o que o muro significava na situação política de Berlim, surgiu a decisão de alguns agitadores comunistas de destruir o cartaz. [DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/10/1962]

Com o advento do Golpe, as coisas não foram diferentes. Nos primeiros momentos do novo governo, muitas pessoas ligadas ao governo Arraes, membros das Ligas Camponesas; professores; estudantes; funcionários públicos; jornalistas e pessoas de vários segmentos sociais, superlotavam quartéis, penitenciárias e outros locais improvisados. Muitos destes nem sabiam o motivo de suas prisões, visto que os procedimentos para efetivar tais atos nem sempre eram legalizados. A imprensa, mais uma vez teve um papel importante na veiculação de notícias que de alguma forma favoreciam a nova ordem vigente.

Orientada com extraordinária competência – da mesma forma que havia contribuído para criar condições favoráveis à preparação do golpe e para desestimular qualquer reação contrária eficaz – a mídia passara a fomentar após o 1º de Abril, o clima propício à repressão e ao anestesiamiento da consciência popular. Aproveitando a impossibilidade de defesa, João Goulart e Miguel Arraes eram apresentados como responsáveis diretos pela subversão da ordem e pela corrupção – dita sem paralelo na história da República. Numa confusão propositada entre os dois governos e numa absoluta deturpação dos fatos. Denúncias sem quaisquer provas, totalmente inverídicas, eram divulgadas de forma sensacionalista, como se versassem sobre acontecimentos reais. [COELHO, 2004, p. 195]

Além dos jornais, os militares contaram com a participação de muitos civis favoráveis ao novo regime no que consistiam ao ato de denunciar pessoas tidas como “subversivas”. Este apoio partiu tanto da parcela da população que foi conivente ao movimento golpista por interesses pessoais, políticos e econômicos, como é o caso dos empresários e grandes proprietários de terras, quanto dos civis que instigados pela doutrina se sentiam no dever de ‘defender à pátria’ dos inimigos invasores.³

A lista de pessoas que foram presas e submetidas a humilhações e situações constrangedoras é imensa. Não houve uma reação armada, como foi cogitada pela imprensa e pelos militares. Em suas memórias, Gregório Bezerra (2011) ressalta a tentativa de articulação

³ Sobre a participação dos civis nas denúncias de pessoas consideradas “subversivas” junto aos órgãos de segurança Cf: SILVA, José Rodrigo de Araújo. *Colaboradores a favor da ordem: a participação da sociedade junto aos órgãos de repressão na cidade do Recife*. Anais do III Colóquio de História – Brasil: 120 anos de República, UNICAP, Recife. 2009 p. 53-59



junto ao governador Miguel Arraes para armar os camponeses quando o golpe ainda era um prenúncio. O então governador afirmou que “iria pensar”, e optou por não ceder ao pedido do comunista e dos camponeses.

Durante a ocupação do Exército e deposição do governador, alguns estudantes secundaristas organizaram uma passeata a favor da legalidade e em defesa de Arraes. A reação dos militares foi imediata, atirando e matando dois estudantes que faziam parte do manifesto: Jonas Albuquerque Barros, de 17 anos e Ivan Rocha Aguiar, de 21. Cerca de três mil pessoas foram presas em Pernambuco e não se tem dados precisos sobre o número de mortos no Estado, haja vista que muitos camponeses morreram durante o processo de transição política não sendo devidamente catalogados.

A violência contínua daqueles que executavam as prisões era cada vez mais sistemática. O relato mais evidente talvez tenha sido o do líder comunista Gregório Bezerra, presenciado por muitos espectadores que não apenas acompanharam de perto, mas tiveram acesso através da mídia aos momentos de tortura gratuita ao qual foi submetido pelo coronel Villocq, como afirma em suas memórias:

Quando já estava todo machucado na cabeça e no baixo ventre, os dentes todos arrebatados e a roupa encharcada de sangue, despiram-me, deixando-me com um calção esporte. Deitaram-me de barriga. Villocq pisou na minha nuca e mandou seu grupo de bandidos sapatearem sobre meu corpo. A seguir, puseram-me numa cadeira e três sargentos seguraram-me por trás, enquanto Villocq, com um alicate, ia arrancando meus cabelos. Logo depois, puseram-me de pé e obrigaram-me a pisar numa poça de ácido de bateria. Em poucos segundos, estava com a sola dos pés em carne viva. Toda pele tinha sido destruída. A dor que senti era tanta, que se estivesse com as mãos livres, apesar de todo amassado, seria capaz de agarrar com Villocq e morreremos juntos [...] [BEZERRA, 2011, p. 533-534]

As torturas sofridas por Gregório foram compartilhadas por diversos outros presos no ato das prisões e durante o período em que estiveram nos quartéis e outros espaços de confinamento. A prática institucionalizada da tortura nunca foi admitida pelos militares, que encaravam tais atos como “excessos”. Entretanto, o envio de oficiais e a vinda de instrutores norte americanos para ensinar técnicas de tortura aos oficiais brasileiros, estão sendo estudados em alguns trabalhos sobre o período inicial do regime militar.

A intensificação e o aperfeiçoamento das técnicas de torturas foram cada vez mais aprimorados para obtenção de melhores resultados nas informações que por ventura os presos repassariam aos agentes da repressão. A otimização das informações está atrelada ao controle social cada vez mais necessário para conter os avanços da resistência. Em 1985 com o processo de abertura, o projeto *Brasil: Nunca Mais*, a partir de relatos dos ex-presos políticos e com base nos processos do Superior Tribunal Militar, chegou a catalogar 285 técnicas de





tortura – físicas e psicológicas – que foram aplicadas em presos políticos e/ou parentes e amigos das vítimas.

[...] Com a aplicação dessas descargas elétricas, meu corpo se contraía violentamente. Por inúmeras vezes a cadeira caiu no chão e eu bati com a cabeça na parede. As condições provocavam um constante e forte atrito com a cadeira, causa dos hematomas e das feridas constatadas em meu corpo pelo laudo médico. Não contentes com este tipo de torturas, meus algozes resolveram submeter-me nu e encapuçado [sic] num colchão, amarraram minhas pernas e braços e prendiam estes ao meu pescoço. Para não deixarem marcas de choques, colocaram pequenas tiras de gase [sic] nos meus dedos do pé. Molharam meu corpo com água por várias vezes para que a descarga elétrica tivesse maior efeito. Os choques se sucederam até o fim do dia [...] Durante as descargas elétricas, os torturadores faziam galhofas com a minha situação de saúde, afirmando que os choques iriam fazer-me louco ou curar a minha epilepsia [...] [BRASIL: NUNCA MAIS, 1986, p. 42]⁴

Os relatos sobre os maus tratos aos presos políticos ultrapassaram os muros dos quartéis e as casas de detenção onde estes indivíduos estavam alojados. A imprensa pernambucana não divulgava tais atos por medo de sofrer represálias ou por terem a mesma linha de pensamento da política vigente. A ligação que alguns jornais mantiveram na história política da região havia ocasionado desgastes entre dirigentes, jornalistas e editores com líderes políticos. Se não defendiam partidos, ou grupos políticos, os impressos eram elaborados com o intuito de defender alguma classe social, criticando abertamente a política e autoridades que de posse de cargos governamentais, iam de encontro aos interesses daqueles que diziam representar. [LINS; LIRA, 2007, p. 02]

O jornal *A Última Hora Nordeste*, que teve forte influência nas eleições de 1962, dando apoio ao então candidato Miguel Arraes, depois de uma sequência de edições suspensas e muitos dos seus jornalistas presos, foi fechado no dia 9 de abril de 1964. O *Jornal Pequeno*, que até então exercia uma política favorável ao governador Arraes, com o advento do golpe mudou radicalmente sua postura e passou a se chamar *Diário da Manhã*. Os jornais que prosseguiram com suas atividades no Recife, noticiavam suas matérias de acordo com as diretrizes vindas da assessoria de imprensa do Exército, exercendo muitas vezes a auto censura para evitar o fim de suas atividades.

Sendo impedidos ou recusando-se a noticiar matérias comprometedoras – a exemplo dos maus tratos aos presos políticos – periódicos de outros Estados passaram a ter fundamental importância na veiculação de denúncias e abusos cometidos pelos militares. O jornal carioca *Correio da Manhã*, nos meses subsequentes ao golpe, denunciou práticas abusivas e relatos sobre torturas em suas matérias. Marcio Moreira Alves, ex-deputado

⁴ Depoimento de Aldo Silva Arantes, São Paulo; carta de próprio punho anexada ao processo, 1977: BNM 43, v. 13º, p. 2887 a 2896.





federal, trabalhava na ocasião como jornalista no *Correio da Manhã* e recebeu uma *Denúncia coletiva dos presos políticos da Casa de Detenção do Recife* motivo que o fez acentuar ainda mais as matérias relacionadas ao tema sobre Pernambuco.

Em virtude das constantes denúncias, foi enviada uma Comissão Civil de Investigações para averiguar a procedência dos relatos. Fez parte dessa Comissão o Desembargador Adauto Maia – Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Deputado Felipe Coelho – Presidente da Assembléia Legislativa; Reinaldo Dornelas Câmara – Presidente da Associação de Imprensa de Pernambuco; João Batista Guerra Barreto – Procurador Geral do Estado; Carlos Martins Moreira – Presidente da Ordem dos Advogados; Monsenhor Osvaldo Gomes Machado – Vigário geral da Arquidiocese de Olinda e Recife. A Comissão também contou com a participação do Chefe da Casa Militar, o General Ernesto Geisel.

No dia 18 de setembro de 1964, às vésperas da primeira reunião da Comissão Civil, o jornal *Diário da Noite* divulgou uma nota em que fazia menção a reunião do dia seguinte. O título da matéria já induzia o leitor a importância das investigações no intuito de desfazer as especulações sobre o tratamento dos presos.

COMISSÃO VERÁ PRESOS PARA DESFAZER INTRIGAS

As investigações na área do IV Exército acerca das denúncias sobre sevícias contra presos políticos, foram feitas recentemente, pelo General Ernesto Geisel, emissário do Presidente da República e agora serão ampliadas e delas participarão representantes de várias entidades. A finalidade da constituição de uma comissão para visitar os presos é mostrar ao público a improcedência das denúncias e os resultados das investigações certamente irão expor preocupação de setores da oposição ao governo no sentido de intrigar as Forças Armadas junto à opinião pública. [...] [DIÁRIO DA NOITE, 18/09/1964]

Às nove horas da manhã do dia seguinte os membros realizaram a primeira reunião. Na pauta, além do roteiro, ficou definido o plano de trabalho e os seguintes procedimentos a serem adotados durante as investigações:

- a) Ouvir no próprio local da prisão e isoladamente, todos os detidos;
- b) Reduzir a termo as declarações de cada um daqueles;
- c) Não permitir, durante o interrogatório, a presença de qualquer outra pessoa no recinto, além da secretária;
- d) Observar as condições de higiene, alimentação, tratamento, assistência médico – dentária, acesso de advogado e o regime de visitas;
- e) Verificar a existência de possíveis vestígios de sevícias, indagando sobre a responsabilidade dos responsáveis;

- f) Registrar o tempo de permanência dos prisioneiros em cela isolada, conhecida como solitária.⁵

No mesmo dia iniciaram as visitas e no total foram visitadas 12 unidades: II Companhia de Guardas; Hospital Geral do Recife; Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado; 14º Regimento de Infantaria; 7º Regimento de Obuses; Quartel do Grupo de Artilharia de Costa Mecanizado; Casa de Detenção do Recife; Base Aérea do Recife; Marinha; Secretaria de Segurança Pública; e o Manicômio Judiciário do Estado.

No dia 20 de setembro, os jornais estampavam o previsível, levando em consideração a política adotada pela imprensa. Não havia “grandes alterações no tratamento dos presos políticos em Pernambuco”. Antes mesmo de a Comissão dar o seu parecer final, a mídia já assinalava através do seu discurso, que a violência só aconteceu nos momentos iniciais ao golpe, não sendo, portanto, uma prática recorrente nas prisões.

COMISSÃO CIVIL VISITOU ARRAES, XIMENES, TRANCH E OUTROS PRESOS.

[...] Ao que apurou o DIÁRIO, os elementos argüidos fizeram reclamações a fatos ocorridos *nos primeiros dias da revolução*, [Grifo meu] muitos dos quais já estão sendo apurados em inquéritos mandados instaurar pelas autoridades militares, antes mesmo da Comissão Especial de Inquérito. [DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20/09/1964]

DETENTOS DIZEM QUE É NORMAL TRATAMENTO RECEBIDO.

O primeiro informe da comissão de alto nível, constituída para verificar a situação dos presos políticos, distribuído na noite de ontem à imprensa, esclarece, entre outras coisas que os 13 inquiridos pela manhã e na tarde de ontem, nas unidades militares visitadas, são unânimes em afirmar em seus depoimentos não apresentar anormalidades o tratamento dispensado pelas autoridades do IV Exército aos detidos. [JORNAL DO COMÉRCIO, 20/09/1964]

Se por receio de represarias muitos meios de comunicação adotaram a “política do silêncio”, diante das práticas de violência adotadas pelo Estado vigente, esta política também seria adotada por aqueles que eram considerados elementos “subversivos” aos olhos do governo. É importante ressaltarmos que não estamos falando de um período de liberdade de expressão e de um Estado democrático. Diante da ilegalidade, a opção por adotar táticas e estratégias acaba sendo – literalmente – uma questão de sobrevivência.

Como declarar estar sendo vítima de sevícias ainda estando sob o domínio de seus *supostos algozes*? Alguns dos presos em seus depoimentos declararam que sofreram abusos no ato das prisões, outros poucos que ainda sofriam, mas o que precisa ser levado à reflexão é o desejo de liberdade que alimentavam todos eles. Na condição de presos políticos, qualquer

⁵ Sobre o relatório da Comissão Geral de Investigações Cf: ALVES, Márcio Moreira. Torturas e Torturados. Rio de Janeiro: S/e, 1996.



declaração poderia comprometer ainda mais a situação desses indivíduos nos locais em que se encontravam detidos.

Ainda que um dos itens do procedimento versasse sobre a *não presença de qualquer outra pessoa no recinto durante o interrogatório*, constaria nos autos do relatório o nome do inquirido e sua declaração de acusação ou negação das sevícias. Entretanto, na condição de preservar o anonimato, algumas pessoas prestaram depoimentos ao Marcio Moreira Alves, para que este através do vínculo ao *Correio da Manhã*, denunciasse os usos da violência pelos militares e civis a serviço do governo em Pernambuco.

Na denuncia coletiva feita ao jornal, os presos políticos da Casa de Detenção do Recife, além de listar nomes de torturas, torturados e torturadores, mostraram sua indignação com os meios de comunicação locais que não veiculando informações sobre as reais condições dos presos, ajudavam a corroborar com o falso discurso de “normalidade” disseminado pelos militares.

Tudo aqui está afeito aos militares, que nomearam os delegados da capital antes de o vice-governador ocupar o lugar de Miguel Arraes. Outro aspecto é fornecido pela nossa imprensa que só publica qualquer matéria relativa a presos políticos, com a ostensivo visto de Costa Lima, Ibiapina ou Villocq. Daí as calúnias mais absurdas e ridículas publicadas sem direito de resposta. Aqui nenhum sentido teve a decisão da Comissão Geral de Investigações libertando pessoas a mais de cinquenta dias. Aqui só não está ameaçado de prisão quem já está preso. [Denuncia Coletiva dos Presos Políticos *apud* COELHO, 2004, p. 446]

Durante os dias em que a Comissão Civil esteve presente em Pernambuco investigando o tratamento dados aos presos políticos, Marcio Moreira Alves acompanhou todo processo “formal” do inquérito, e recolheu denúncias “informais” daqueles que já não estavam mais presos. Em seu livro *Torturas e Torturados* (1996), tendo sua primeira edição em 1966, o autor dedica boa parte a descrever os relatos daqueles que contribuíram - mesmo que anonimamente - com denúncias, listando nomes de torturadores e locais dos abusos.

Dentre os nomes, Márcio cita o coronel Hélio Ibiapina como sendo um dos maiores responsáveis pelas sevícias do IV Exército. Em meados de junho de 1964, durante um encontro de bispos no Recife, Hélio compareceu ao evento e ao se dirigir a Dom Helder Câmara, fez uma confissão que aniquilaria todo discurso de negação dos abusos e de “normalidade” aparente.

-- Muitas vezes o senhor tem vindo ao IV Exército reclamar da tortura contra presos políticos. Traz os nomes e as torturas a que estes homens foram submetidos e não sei como consegue essas informações. Invoco o seu testemunho para dizer que nunca neguei que as torturas existissem. Elas existem e são o preço que nós, os velhos do Exército, pagamos aos jovens. Caso tivessem os oficiais jovens empolgados o poder os senhores estariam





hoje reclamando não de torturas, mas de fuzilamentos. Nós torturamos para não fuzilar. [IBIAPINA *apud* ALVES, 1996, p. 25]

Alguns anos depois em seu livro de memórias, foi a vez do ex-presidente Ernesto Geisel. O mesmo que esteve junto à comissão em Pernambuco levantando os casos de maus tratos, afirmando que não justificava tortura, mas reconhecia que “há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura” [O GLOBO, 1997, p.12]. Como se os fins justificassem os meios para cometer crimes contra a humanidade.

No esforço de construir uma memória coletiva, os espaços de disputas dos grupos que participaram de alguma forma, selecionam seus relatos e pontos de vista sobre os fatos, de modo que o seu desejo de afirmação daquilo que considera ser pertinente lembrar se confronta com as memórias que divergentes, causando desconforto de ambos os grupos.

O papel que a imprensa desempenhou durante todo período em que os militares governaram o país, se insere em uma via de mão dupla. Ao falar sobre imprensa e Estados ditatoriais, a primeira coisa que lembramos é da repressão e da censura sofrida. No caso brasileiro, mais ainda após o AI-5 e a morte do jornalista Vladimir Herzog em 1975. Observar a imprensa do ponto de vista daqueles que – mesmo que forçadamente ou por alinhamento político - ajudaram com a afirmação de um discurso que nega a existência de torturas, se torna ainda mais delicado.

Os debates sobre a existência da “verdade” dos fatos; a luta travada pela justiça dos familiares de desaparecidos políticos; os esforços de entidades civis sobre a abertura dos arquivos e tantos outros temas, corroboram a atualidade do tema sobre o período e a multiplicidade de temas e abordagens para serem estudadas. A participação não só da imprensa, mas de outros órgãos nas diretrizes políticas do país, se inserem nessa perspectiva, para o enriquecimento das pesquisas contribuindo desta forma, com uma melhor compreensão sobre o período.

JORNAIS

CORREIO DA MANHÃ
DIÁRIO DA NOITE
DIÁRIO DE PERNAMBUCO
JORNAL DO COMÉRCIO

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. Rio de Janeiro: S/e, 1996.



ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

BEZERRA, Gregório. *Memórias, 1990-1983*. São Paulo: Boitempo, 2011.

BRASIL: Nunca mais. Prefácio de D. Paulo Evaristo Arns. 17ª edição. Petrópolis: Vozes, 1986.

CITTADINO, Monique. *Estado Autoritário Pós-64: Perspectivas Historiográficas*. Saeculum – Revista de História. João Pessoa, jan./dez. 1997

COELHO, Fernando. *Direita, Volver: O Golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004

FICO, Carlos. *Visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. In: *Brasil: Do ensaio ao Golpe (1954-1956)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. N° 47, Jan-Jun, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 1993

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LEITE, Isabel Cristina. *Os Arquivos da Repressão e a Luta pela Memória da Ditadura Militar*. Revista Eletrônica de História do Brasil. V. 09, n. 01, Jan./Jul., 2007.

LIMA, Damião de. *O sonho da Sociedade Caserna: A política centralizadora dos governos militares (1964-1974)*. Saeculum – Revista de História, ano 13 n. 17, p. 79-96, jul./dez. 2007.

LINS, A. M. Grego ; LIRA, A. P. A. *A imprensa recifense e a luta contra os regimes de exceção no século XX*. In: MELO, José Marques de. (Org.). *Síndrome da Mordaza: mídia e censura no Brasil*. 1 ed. São Bernardo do Campo - SP: Metodista Editora (Universidade Metodista de São Paulo), 2007, v. 01, p. 01-303.

O GLOBO. Rio de Janeiro: Caderno 1, p.12, 16 outubro. 1997.

PORFÍLIO, Pablo. *Medo, Comunismo e Revolução: Pernambuco (1959 – 1964)*. Recife Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SILVA, José Rodrigo de Araújo. *Colaboradores a favor da ordem: a participação da sociedade junto aos órgãos de repressão na cidade do Recife*. Anais do III Colóquio de História – Brasil: 120 anos de República, UNICAP, Recife. 2009 p. 53-59

SILVA, Marcília Gama da. *Informação, Repressão e Memória: A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.